



TORTURA E IMPUNIDADE

Os números do desrespeito aos Direitos Humanos no Brasil mostram a realidade de um país em dívida com a sua população. E, ao mesmo tempo, são um desafio para Pinheiro, que tem menos de 12 meses para reverter uma imagem negativa presente nos últimos sete anos do governo Fernando Henrique Cardoso. São mais de 300 casos de tortura registrados pela Organização das Nações Unidas (ONU), quase 200 trabalhadores em regime de escravidão resgatados por ano e uma média de oito assassinatos de líderes rurais a cada 12 meses em apenas um estado do país.

Pinheiro conhece os números do desrespeito aos Direitos Humanos no Brasil como poucos. Com formação em Ciência Política, ele é fundador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), um dos centros de pesquisas sobre Segurança Pública mais respeitados da América Latina. Em 1996, Fernando Henrique lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Não por coincidência, o relator do programa foi o próprio Pinheiro. Na época, Pinheiro apontava como problemas nacionais a incompetência da Polícia Militar e a impunidade de negociadores de armas e do crime organizado.

Entre os pontos do projeto estavam a transferência para Justiça civil do julgamento de assassinatos cometidos por policiais militares, a criminalização do delito da tortura e a criação de uma política de proteção a testemunhas. Nos próximos dias, será anunciado nova versão do programa nacional de Direitos Humanos. É um pacote de novas medidas como a criação de incentivos fiscais para empresas que empregam ex-presidiários e a proibição de exportar armamentos para países que fazem fronteira com o Brasil. (L.C.)

RESTRIÇÃO A ARMAS

Hoje, apenas os homicídios dolosos, aqueles em que o policial militar teve a intenção de matar, são julgados pela Justiça comum. “É pouco. Os crimes de lesão corporal cometidos por PMs passam impunes”, diz Pinheiro. Ele enumera outros projetos que necessitam ser aprovados com urgência: a competência federal para os crimes contra os Direitos Humanos, a restrição ao comércio e à fabricação das armas e a expropriação das terras de fazendeiros que mantêm trabalhadores escravos.

Pinheiro teve a sua primeira experiência na administração pública entre 1983 e 1987, quando foi assessor especial do governo Franco Montoro, em São Paulo. Hoje, na Secretaria de Direitos Humanos, recebe elogios de ferrenhos adversários do governo federal. “Foi a melhor escolha. É uma cara que tem tudo para fazer um ótimo trabalho”, derrama-se o deputado Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP), da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Greenhalg, ex-coordenador jurídico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), viajou com Pinheiro para acompanhar as investigações do massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996.

Pinheiro é casado com Ana Luiza, tem três filhos e três netos. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), em 1967 estava na França para fazer licenciatura em Sociologia e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Paris. “Foi no curso de Direito que o meu envolvimento com políticas sociais se iniciou. Até então não tinha consciência de nada”, afirma. Pinheiro espanta-se ao falar a idade: “De repente, você se dá conta que entrou na terceira idade”, diz ele, que completou 58 anos na última terça-feira.

PERFIL

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

“NO BRASIL, HÁ VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS. MAS O NOSSO PAÍS MOSTRA TRANSPARÊNCIA NOS SEUS RELATÓRIOS E ACEITA O MONITORAMENTO DA ONU, DIFERENTEMENTE DE OUTROS PAÍSES, QUE NÃO ASSUMEM AS VIOLAÇÕES”

Na sala 442 do Ministério da Justiça, o secretário nacional de Direitos Humanos enfrenta o desafio de defender o governo brasileiro diante dos organismos internacionais. No país da impunidade, ele tem 12 meses para reverter a imagem negativa formada nos sete anos de Fernando Henrique Cardoso

Leonardo Cavalcanti
Da equipe do Correio

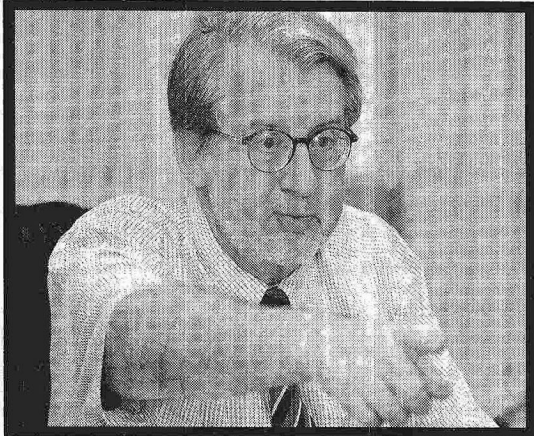
Paulo Sérgio Pinheiro costuma largar o paletó azul-marinho em cima das cadeiras da sala 422, no Ministério da Justiça. Ali, onde televisão e computador permanecem ligados durante o dia, é o endereço público do sociólogo. A localização de duas residências, em Brasília e São Paulo, é mantida em sigilo por questões de segurança. “Meus filhos já foram ameaçados de morte, evito facilitar.” Há quase dois meses, Pinheiro, 58 anos, deixou de lado a carreira universitária e assumiu a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mas ainda mostra certo desconforto com a formalidade engravatada da Esplanada.

Na quinta-feira 3, ao receber o Correio no quarto andar do Ministério da Justiça, ele vestia camisa de manga curta e calça esporte. O paletó, a mais de cinco metros da mesa de trabalho, parecia à espera de qualquer emergência — como uma soleinidade fora da agenda. Além de refúgio, a sala 422 serve para o sociólogo traçar políticas de Direitos Humanos e montar estratégias de defesa do governo diante de organismos internacionais. Como duas histórias ocorridas na semana passada: as mortes de 27 presos, em Rondônia, e do seqüestrador Fernando Dutra Pinto, em São Paulo.

A responsabilidade sobre os dois episódios será dos governos estaduais — no caso paulista, se comprovada a versão de envenenamento de Fernando Dutra Pinto, seqüestrador de Patrícia Abravanel, filha do empresário Sílvio Santos. Representantes de organizações não-governamentais e da própria Organização das Nações Unidas (ONU), porém, procurarão respostas na Esplanada. Mais precisamente na sala de Pinheiro. “Os governos estaduais precisam mostrar transparência na apuração desses casos, para evitar que outros se repitam. O que não pode ocorrer, em hipótese alguma, é a impunidade”, afirma o secretário de Direitos Humanos.

Nos próximos 15 dias, Pinheiro receberá a visita da comissária-chefe para Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson. A visita não é oficial, mas os episódios de São Paulo e de Rondônia estarão na agenda. “Mortes na prisão interessam aos relatores”, diz o secretário. Antecipando-se à conversa com Mary Robinson. “No Brasil, há violações aos Direitos Humanos. Mas o nosso país mostra transparência nos seus relatórios e aceita o monitoramento da ONU, diferentemente de outros países, que não assumem as violações”, afirma Pinheiro, que faz parte da equipe de relatores internacionais da ONU.

Fotos: José Varella 27.12.01



PRESENTE NO MASSACRE

O sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro perdeu o horário do avião da Presidência para Eldorado dos Carajás (PA) naquela manhã de 18 de abril de 1996, um dia depois do massacre de 19 sem-terra. Pinheiro havia sido designado pelo Conselho de Defesa da Pessoa Humana, ligado ao Ministério da Justiça, para acompanhar as investigações do conflito que ganhou as manchetes dos jornais. Sem perder mais tempo, conseguiu uma carona num voo fretado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O avião levava políticos da oposição, o advogado Luiz Eduardo Greenhalg e o fotógrafo Sebastião Salgado. “Pinheiro conseguiu dar a dimensão exata do massacre para representantes do governo”, lembra Greenhalg.

Sem telefone, Pinheiro utilizou por várias vezes o celular de Salgado para passar informações a José Gregori, então chefe de gabinete do Ministério da Justiça. “Disse que se o governo quisesse uma posição transparente deveria pedir uma necropsia independente”. “A situação era complicada. Os parentes queriam enterrar as vítimas de imediato, mas acabamos conseguindo fazer a necropsia independente.” O envolvimento de Pinheiro em episódios como o acompanhamento das investigações do massacre dos sem-terra e as críticas constantes sobre a ineficiência da PM o levou a receber ameaças de morte. “Minha família também acabou sendo alvo das ameaças”, afirma. É o melhor argumento para explicar o sigilo dos seus endereços residenciais de São Paulo e Brasília. (L.C.)